



Representantes do Governo e da UGT subvertem vontade dos beneficiários

Nota à Imprensa – Outubro 2017

Defraudando as expectativas da maioria dos beneficiários os representantes do Governo decidiram, na reunião de dia 3, eleger João Proença, o único candidato eleito pela lista apoiada pela UGT, como presidente do Conselho de Supervisão da ADSE.

O descarado favorecimento do representante apoiado pela UGT por parte dos representantes do Governo subverte os resultados das eleições, realizadas dia 19 de Setembro, nas quais uma expressiva maioria de beneficiários depositou a sua confiança nos candidatos da Lista G, apoiada pelos sindicatos da Frente Comum da Administração Pública.

Com efeito, a Lista G, encabeçada por Francisco Braz, obteve quase o triplo dos votos da Lista E (8315 contra 3136, respectivamente), pela qual João Proença foi eleito.

Sublinhe-se, aliás, que a Lista G elegeu três dos quatro representantes dos beneficiários possíveis de eleger para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE.

No estrito respeito da vontade democraticamente expressa pelos beneficiários, seria de esperar que a presidência deste órgão de acompanhamento e controlo da ADSE fosse ocupada por um dos membros eleitos pela Lista G.

Todavia, assim não o quiseram os representantes do Governo que impuseram o candidato minoritário.

Esta decisão não foi certamente uma casualidade, antes espelha uma descarada aliança de interesses entre o Governo e a UGT, que visa destruir o carácter público do sistema para satisfazer os apetites dos grupos económicos da área dos seguros e da saúde.

A «escolha» desvela também as verdadeiras razões que estiveram por trás do intrincado processo eleitoral, que, na prática, impossibilitou milhares de beneficiários de participarem no acto eleitoral.

Os membros eleitos pela Lista G no Conselho Geral e de Supervisão da ADSE permanecerão atentos, pautando a sua intervenção pela defesa intransigente dos interesses dos beneficiários, e não hesitarão em rejeitar e denunciar tentativas de redução actuais dos benefícios, bem como quaisquer planos de privatização camuflada da ADSE.

Lisboa, 4 de Outubro de 2017